

Agricultura urbana em Campo Grande-MS: uma análise da região urbana do Anhanduí

Olanda de Arruda¹
Maria Helena da Silva Andrade²
Vicentina Socorro da Anunciação³

RESUMO

A produção de alimentos nas áreas urbanas e periurbanas é uma importante fonte de sustento e renda para famílias. A cidade de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, possui a produção de hortaliças como parte dos objetivos de desenvolvimento sustentável. A região urbana do Anhanduí localiza-se na região Central – Sul da cidade sendo a região mais populosa da cidade, assim o presente trabalho tem por objetivo principal analisar a produção de hortaliças por meio de hortas urbanas na região urbana do Anhanduí em Campo Grande-MS. Sendo a partir de uma fundamentação teórica, visita *in loco* e entrevistas que os procedimentos metodológicos foram realizados. Portanto, na área de estudo a produção de hortaliças tem sido uma importante forma de segurança alimentar, enfrentamento da pobreza e de situações de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: produção de alimentos; hortas e desenvolvimento sustentável.

URBAN AGRICULTURE IN CAMPO GRANDE-MS: AN ANALYSIS OF THE ANHANDUÍ URBAN REGION

ABSTRACT

Food production in urban and peri-urban areas is an important source of livelihood and income for families. The city of Campo Grande, capital of the state of Mato Grosso do Sul, has the production of vegetables as part of the objectives of sustainable development. The urban region of Anhanduí is located in the Central - South region of the city, being the most populous region of the city, so the main objective of this work is to analyze the production of vegetables through urban gardens in the urban region of Anhanduí in Campo Grande- MS. Based on a theoretical foundation, on-site visits and interviews, the methodological procedures were carried out. Therefore, in the study area, the production of vegetables has been an important form of food security, fighting poverty and situations of social vulnerability.

Keywords: food production; gardens and sustainable development.

¹Academica do curso de Geografia - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/FAENG –(olandaarruda2012@hotmail.com)

²Docente do Curso de Geografia - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/FAENG– (mhelena.pantanal@gmail.com)

³Docente da Universidade Federal da Paraíba – UFPB (vique56@hotmail.com)

Introdução

Um dos desafios das cidades contemporâneas é lidar com as crescentes taxas de urbanização. Logo, com o crescimento da população urbana, cresce também a pressão sobre os recursos naturais e a necessidade de infraestrutura, serviços e atendimento às necessidades básicas dos habitantes das cidades.

Em relação à produção de alimentos nas áreas urbanas e periurbanas, com ou sem o apoio governamental, houve um maior impulso a partir de 1980 na América Latina, África e Ásia como uma estratégia de sobrevivência das populações mais pobres atingidas pela crise econômica (MAXWELL, 1995; BRYLD, 2003). No caso brasileiro, de acordo com Santandreu e Lovo (2007), a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) é praticada em todas as regiões do Brasil, englobando grande diversidade de contextos.

Desse modo, a agricultura urbana em espaços urbanos e periurbanos possui como principais objetivos: a segurança alimentar, a geração de renda, a inclusão social e as interações socioambientais, além de contribuir para o aumento dos espaços verdes urbanos, essenciais para a qualidade de vida da população.

Uma das formas mais comuns de se praticar a agricultura na cidade é através do cultivo de hortas urbanas, que por sua vez são formas de uso e apropriação de terrenos públicos ou privados, para o cultivo de hortaliças, no interior ou nas periferias das cidades (MEDEIROS et al., 2015).

No Brasil, a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) é responsável, órgão ligado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por planejar, implementar, coordenar, supervisionar e acompanhar programas, projetos e ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), essas diretrizes são estabelecidas pela Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), que possui sobre a sua gestão, mecanismos de financiamento, monitoramento e avaliação no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), e estabelece os parâmetros para elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) (BRASIL, 2006; 2010).

O estado de Mato Grosso do Sul, localizado na região Centro-Oeste do Brasil, produz apenas 31% das hortaliças que consome, importando o restante de outros estados da federação (SEMAGRO, 2015). A cidade de Campo Grande, capital do estado, tem a produção de hortaliças, majoritariamente, por meio de hortas urbanas, essa produção é fonte de renda e sustento de diversas famílias. Destaca-se que dentre os objetivos de desenvolvimento sustentável que a prefeitura de Campo Grande propõe este é parte fundamental.

Ressalta-se que é essencial a garantia de sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementação de práticas agrícolas que aumentem a produtividade e a produção gerando renda aos pequenos produtores de alimentos, principalmente em cidades.

O município de Campo Grande possui 98, 66% da população considerada como urbana e possui apenas 1,34% da população vivendo em áreas rurais. A população urbana está concentrada nas regiões: Prosa, Segredo, Centro, Bandeira, Anhanduí ou Anhanduizinho, Lagoa, Imbirussu,

Na cidade de Campo Grande, a região urbana do Anhanduí ou Anhanduizinho, localizada na região Central - Sul de Campo Grande (figura 01), possui hortas urbanas em sua extensão. Segundo a prefeitura municipal (2017) é a região mais populosa da cidade, com um total de 185.558 habitantes, apresentando uma densidade populacional de 29,97hab/há.

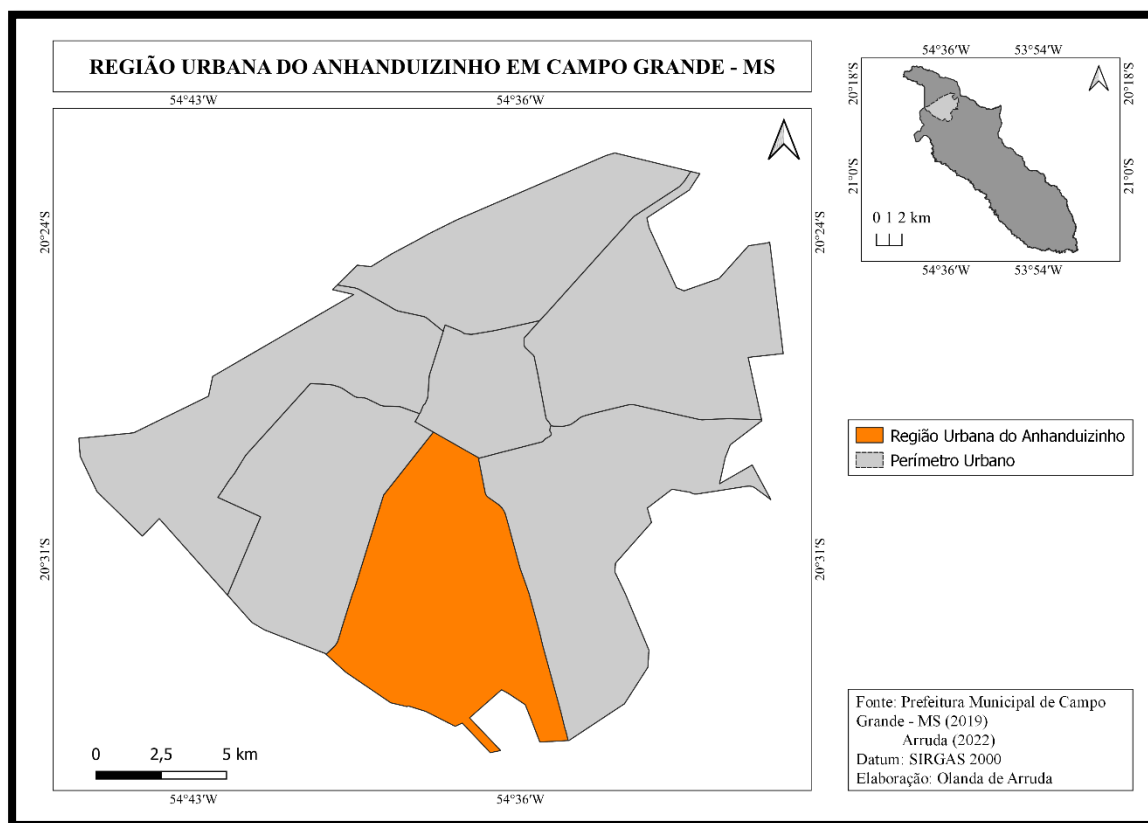


Figura 01. Localização da região urbana do Anhanduí, Campo Grande/MS

Elaboração: Arruda (2022)

Assim, o cultivo doméstico de hortaliças e hortas comunitárias ganhou importância como uma política alternativa de redução da pobreza e melhoria das condições alimentares das famílias. Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo principal analisar a produção de hortaliças por meio de hortas urbanas na região urbana do Anhanduí em Campo Grande-MS. Com relação aos objetivos específicos buscar-se-á compreender a legislação vigente sobre a agricultura em hortas urbanas e mapear as hortas urbanas da região urbana do Anhanduí em Campo Grande-MS.

Materiais e métodos

Para a realização dos objetivos traçados o estudo ancorou-se numa fundamentação teórica de artigos, dissertações e teses, versando sobre a temática da agricultura urbana. Foram pesquisadas informações por meio de sites como *Google acadêmico*, Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (PLANURB), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Gestão Urbana (SEMADUR), além de sites governamentais como o do Palácio do Planalto (www.planalto.gov.br), dentre outros.

Além disso também foram realizados contatos por meio dos canais de comunicação, como telefones e sites, de entidades e órgãos governamentais, como Sistema Municipal de Defesa Agropecuária (SIDAGRO).

Desse modo, recorreu-se a alguns procedimentos metodológicos que incluíram revisão bibliográfica sobre os conceitos abordados no trabalho, sendo eles: sustentabilidade urbana, agricultura urbana e hortas urbanas.

Realizou-se, ainda, um levantamento complementar no site www.google.com.br, onde se buscou notícias governamentais ou jornalísticas com os temas "agricultura urbana", "agricultura familiar" "hortas periurbanas" e "hortas comunitárias".

Com relação aos mapeamentos e atividades de campo, foram realizadas pesquisas por meio sites de busca como *Google* e *Google Acadêmico*, sites da Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (PLANURB), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Gestão Urbana (SEMADUR), dentre outros, informações prévias sobre as características gerais da cidade de Campo Grande-MS e da região urbana do Anhanduí.

Para realização dos mapeamentos foram utilizados os programas Qgis 3.16 e Google Earth Pro, ambos de acesso livre. As imagens de satélite utilizadas foram adquiridas a partir do programa Google Earth Pro, com relação aos dados mapeados foram adquiridos a partir da prefeitura municipal de Campo Grande – MS (2019 e 2020).

Com relação aos dados socioeconômicos foram utilizados dados do Censo (2010) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e da prefeitura municipal de Campo Grande – MS (2019 e 2020).

Para a atividade de Campo foi realizado um mapeamento prévio da localização das hortas urbanas na área de estudo, em seguida foi realizada a visita *in loco* e a realização das entrevistas (em anexo).

Resultados e discussão

Toda produção de alimentos que ocorre em pequenas propriedades de terra e tem administração de uma família é classificada como agricultura familiar, segundo a lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006. É importante frisar que além de empregar com mão de obra os membros de uma mesma família, a agricultura familiar promove a subsistência do produtor e gera renda através da comercialização dos produtos.

A agricultura urbana, de acordo com a Fao (2014), deve ser reconhecida como dinamizadora do desenvolvimento sustentável das cidades, em seus aspectos produtivos e de abastecimento, incluindo vínculos rurais e urbanos entre produtores, consumidores e comunidade, na promoção de ambientes verdes.

A partir do ano de 2010, a agricultura urbana e as hortas comunitárias foram inseridas no planejamento territorial e na agenda de elaboração de políticas públicas de âmbito local, como elemento de segurança alimentar, preservação ambiental e ocupação de espaços urbanos.

No caso da cidade de Campo Grande-MS, as hortas comunitárias estão inseridas na agenda política dos municípios como políticas públicas. Por meio da Lei n. 6.514, de 22 de outubro de 2020 foi instituído o Plano Municipal de Agricultura Urbana de Campo Grande – MS, sendo regulamentado por meio do decreto n. 14.874, de 26 de agosto de 2021.

Segundo o plano municipal e leis vigentes no município, a agricultura urbana é classificada como a produção, extrativismo e coleta de produtos agrícolas, sendo um dos objetivos a produção de insumos com a menor agressão possível ao ambiente no que diz respeito ao uso dos recursos naturais, é importante que sua prática esteja voltada a inclusão produtiva para fins de subsistência e ao autoconsumo, além da comercialização, trocas, doações, mediante o uso de área intraurbana, que engloba todos os espaços dentro da cidade com algum tipo de atividade agrícola.

Alguns dos principais objetivos do decreto n. 14.874, de 26 de agosto de 2021 são: ampliar a segurança alimentar e estimular hábitos saudáveis de alimentação, além de melhorar as oportunidades de ocupação econômica, geração de renda e apoiar a comercialização de produtos, sendo necessário estimular a zona livre de agrotóxicos na produção agrícola urbana.

Tais metas estão de acordo com os propostos pela lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006, que estipula a política nacional da agricultura familiar e empreendimento familiares rurais, pois ambos seguem o princípio de sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Com base nesses objetivos, o Plano Municipal de Agricultura Urbana de Campo Grande – MS promove as práticas agroecológicas que envolvem a produção, o agro extrativismo sustentável, a coleta, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, gerando, assim, produtos voltados ao consumo próprio, trocas, doações ou comercialização, aproveitando e reaproveitando, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais.

É importante destacar que as áreas de agricultura urbana deverão ser criadas nas áreas autorizadas pela Lei Complementar n. 341, de 4 de dezembro de 2018, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA), conforme disposto em seu Anexo 24 (vinte e quatro), sendo exceção apenas as implementadas em áreas públicas que não tenham fins econômicos, conforme apresentado na figura 02.

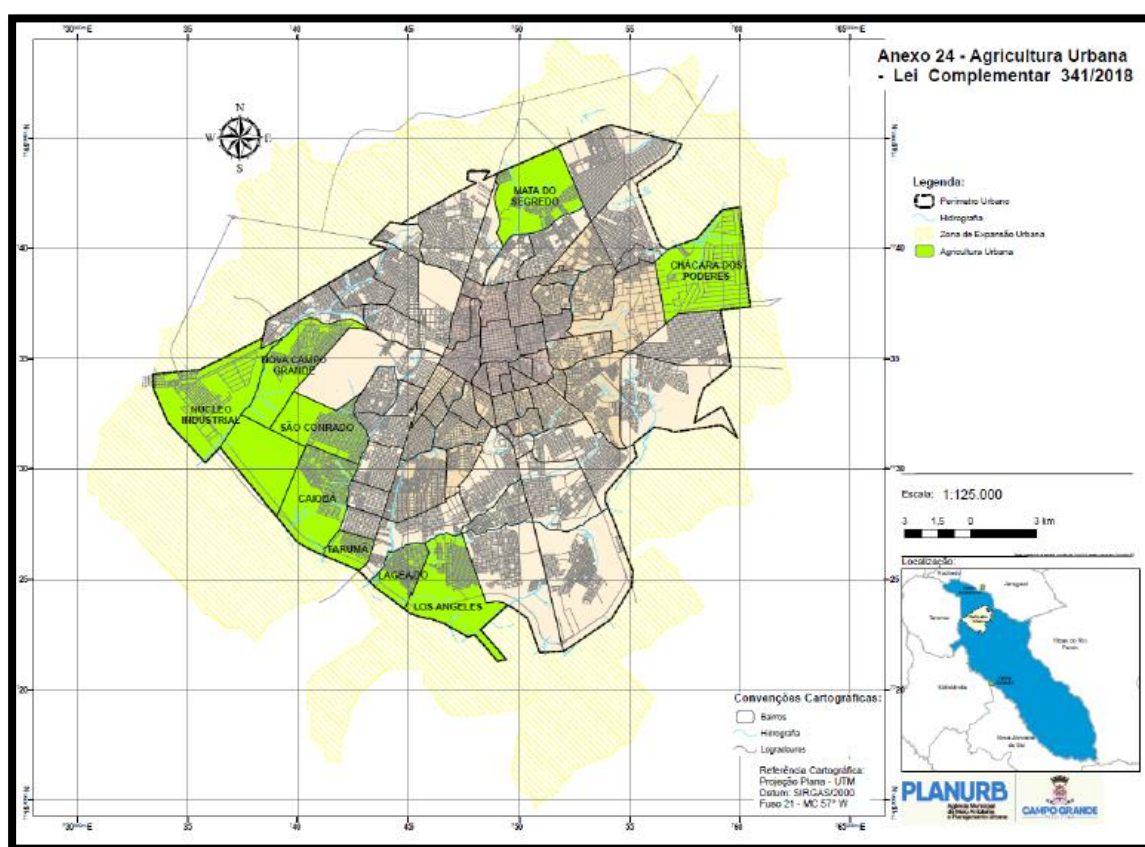


Figura 02. Agricultura urbana em Campo Grande-MS

Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (2018)

No ano de 2020, segundo o projeto proposto pela prefeitura de Campo Grande em parceria com o governo estadual e federal foram implantadas 80 novas hortas, mais 10 pontos de comercialização, além do acompanhamento e assistência técnica a capacitação dos produtores, para os quais foram disponibilizados insumos como calcário, fertilizantes orgânicos e sementes, além de ferramentas, barracas e kits de irrigação.

Com relação a região urbana do Anhanduí, de acordo com as informações levantadas na prefeitura de Campo Grande, há 27 bairros e 151 parcelamentos aprovados situados na região urbana do Anhanduizinho. Segundo o Censo 2010 esta região possui um total de 185.558 habitantes, apresentando uma densidade populacional de 29,97hab/há.

A partir de imagens satélites e das informações da prefeitura (PLANURB, 2019) sobre os parcelamentos existentes na área de estudo, percebe-se que, mesmo tendo a concentração de áreas urbanizadas na região mais central, os usos e ocupações do solo na região urbana do Anhanduí são majoritariamente de uso residencial, sendo que os comércios e serviços estão mais concentrados ao longo dos corredores viários existentes na região e na região urbana do centro.

Destaca-se que alguns empreendimentos de natureza comercial e de serviços estão localizados na borda do perímetro urbano próximos às rodovias e ao macroanel, ressalta-se que alguns desses comércios são para comercialização de produtos oriundos da agricultura em hortas urbanas.

A área de estudo possui diversos locais de produção de hortaliças em hortas urbanas conforme apresentado na figura 03.

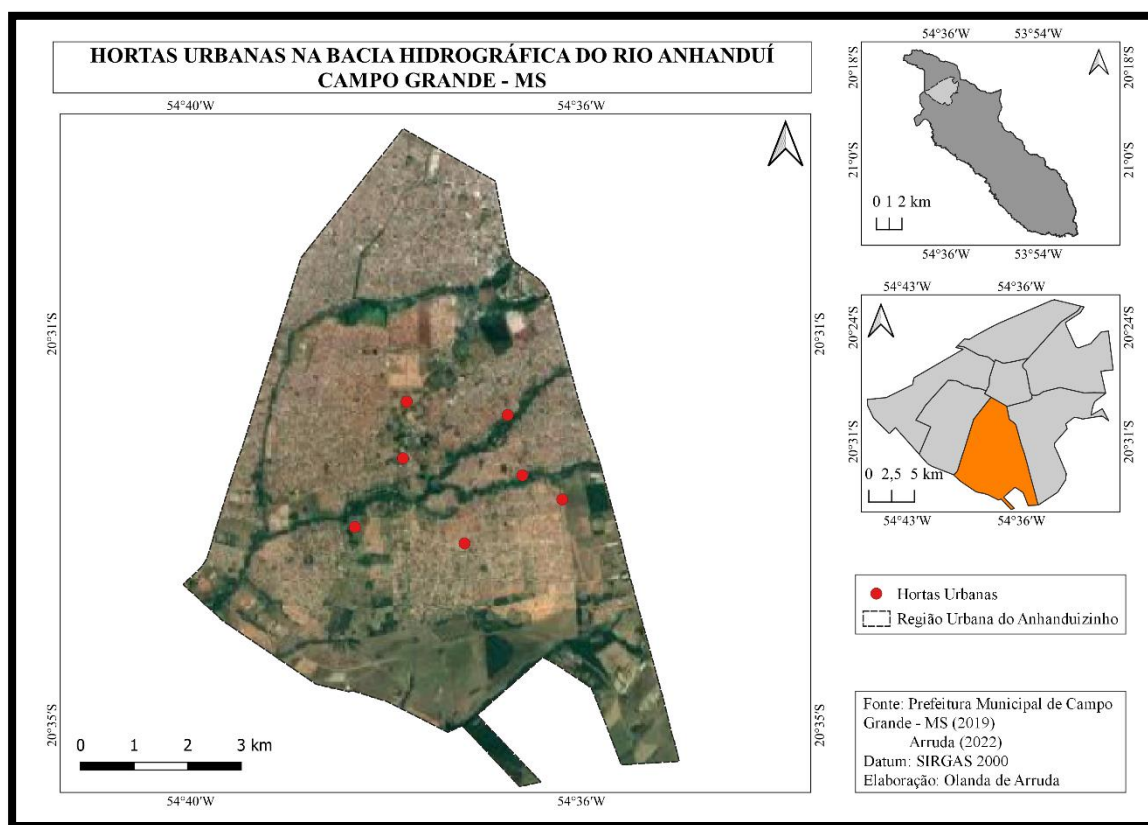


Figura 03. Hortas Urbanas na área da Região Urbana do Anhanduí, Campo Grande/MS

Elaboração: Arruda (2022)

Segundo o mapa apresentado foram localizadas e visitadas 07 hortas urbanas na região urbana do Anhanduí. Diante disso e de acordo com as pesquisas e entrevistas realizadas contatou-se que 75% dos produtores de hortas urbanas na região do Anhanduí produzem hortaliças há mais de 05 anos, conforme apresentado na figura 03.

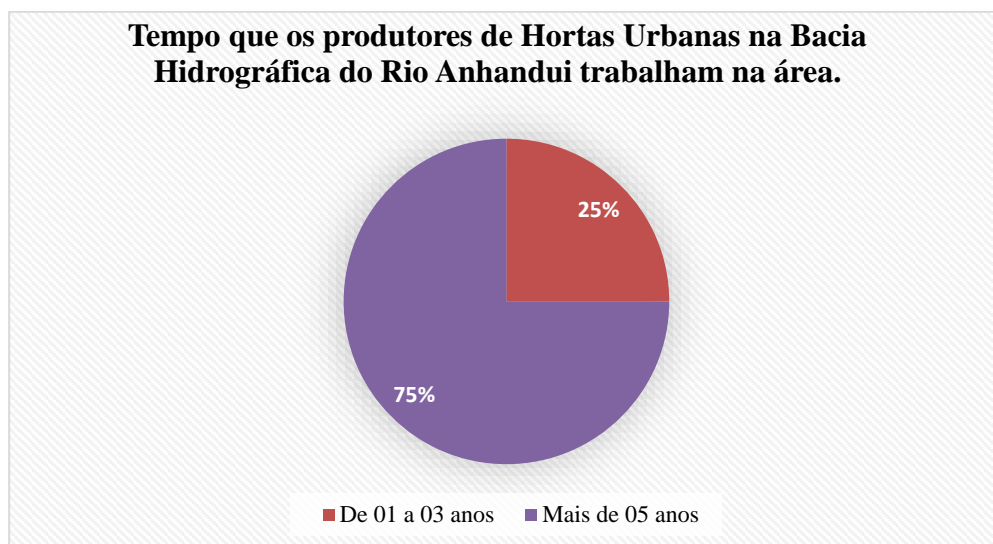


Figura 03. Tempo que os produtores de Hortas Urbanas na Bacia Hidrográfica do Rio Anhanduí trabalham na área.

Fonte: Arruda (2022)

Sabe-se que em 2009, 30,2% dos domicílios urbanos no Brasil, encontravam-se em situação de insegurança alimentar, seja leve (18,7%), moderada (6,5%) ou grave (5,0%). Isso corresponde a 17,7 milhões de domicílios particulares, onde vivem cerca de 65,6 milhões de pessoas (IBGE, 2010).

No contexto das hortas urbanas da região urbana do Anhanduí, foi perceptível que famílias dependem da produção de hortaliças, sendo que 75% dos entrevistados afirmam que a renda proveniente da venda de hortaliças é muito importante como fonte de renda principal destas famílias.

Afirma-se que o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLASAN) 2012-2015 elaborado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e consulta ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), integra dezenas de ações do conjunto destes órgãos voltadas para a produção, o fortalecimento da agricultura familiar, o abastecimento alimentar e a promoção de alimentação saudável e adequada (BRASIL, 2011).

Com isso, discutir a agricultura urbana remete a ideia de hortas urbanas, que pode ser uma atividade agrícola de inclusão, pela sua importância econômica, pela geração de emprego e renda que ela pode proporcionar aos que dela fazem seu meio de vida (FERNANDES et al., 2013).

Programas municipais e/ou estaduais são essenciais para a promoção de hortas urbanas, assim como o auxílio desse órgão governamentais na assistência aos produtores.

Sabe-se que a implantação e manutenção das hortas urbanas demanda a criação de uma infraestrutura de gestão e gerenciamento, sendo essencial a aquisição e manutenção de uma área, ferramentas, equipamentos, instalações, sistemas de adubação e de abastecimento de água ou irrigação, aquisição de espécies e variedades, pré-disposição para controlar organicamente as pragas e doenças, bem como forma e reprodução das hortaliças (FRANCISCO NETO, 1995).

Conforme apresentado nas figuras 04 e 05 é possível observar hortas urbanas presentes na bacia hidrográfica do rio Anhanduí.

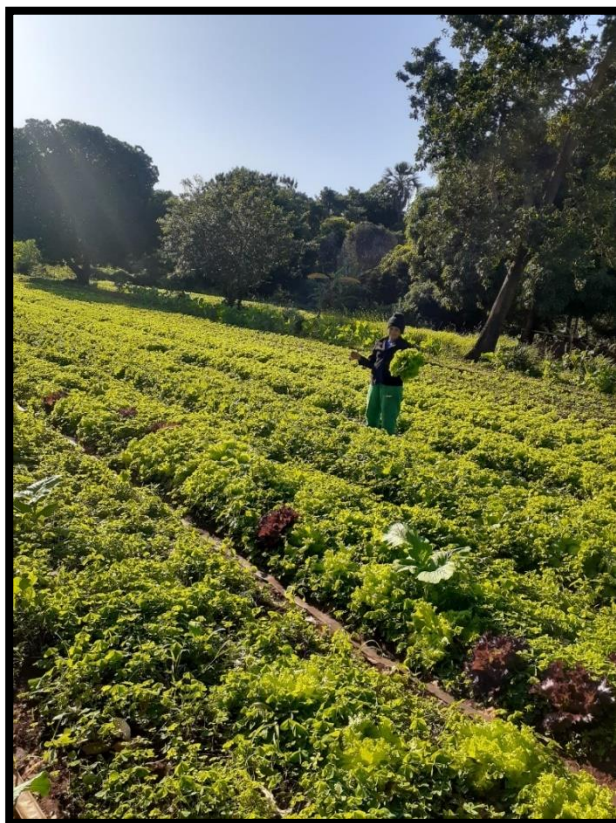


Figura 04. Horta Urbana no bairro Jardim Morenã, região urbana do Anhanduí – Campo Grande (MS).

Fonte: Arruda (2022)

O questionário aplicado com os produtores permitiu identificar as principais características das hortas urbanas na bacia hidrográfica do rio Anhanduí, sendo que segundo informações dos produtores houve a diminuição da venda e renda dos produtores e aumento do custo para produção, como insumos, embalagens, fungicidas, entre outros.



Figura 05. Horta Urbana no bairro Jardim Morenã, região urbana do Anhanduí - Campo Grande (MS).

Fonte: Arruda (2022)

Considerações finais

O apoio a hortas urbanas e periurbanas no município de Campo Grande passou a fazer parte da política municipal de redução da pobreza e garantia de segurança alimentar. As políticas públicas de incentivo a hortas urbanas e periurbanas impulsionaram o desenvolvimento dessa estratégia de combate à pobreza.

Compreende-se que a legislação brasileira, estadual e municipal apresenta diretrizes e define as principais características com relação a produção de hortaliças em hortas urbanas. Sabe-se que a partir da legislação há um maior incentivo a introdução de hortas comunitárias para redução da fome e da pobreza.

Na cidade de Campo Grande e na região urbana do Anhanduí é fundamental o incentivo e promoção das hortas urbanas visando diminuir índices de vulnerabilidade social, pois estão alinhadas aos objetivos de Desenvolvimento Social dentre os quais a redução da pobreza e a agricultura urbana sustentável estão diretamente ligadas.

Desse modo, os resultados das entrevistas realizadas propiciaram um estudo de caso com relevância, pois o projeto das hortas possui importância para a comunidade em geral, além disso entende-se que a produção de alimentos em hortas urbanas promove benefícios econômicos, socioculturais e ambientais, além de ajudar na promoção da biodiversidade, estimular a convivência entre usuários e vizinhos, entre outros benefícios essenciais para a sociedade.

Compreende-se que a agricultura urbana em Campo Grande-MS e na área de estudo tem sido importante como forma de segurança alimentar, enfrentamento da pobreza e de situações de vulnerabilidade social.

Logo, as atividades de agricultura urbana possuem importância socioeconômica e ambiental nas cidades, já que além de ser a fonte de renda dos produtores, estimula o comércio local e contribui para o aumento de áreas verdes na cidade.

Referências bibliográficas

- BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006: Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2006
- BRASIL. **Lei Complementar nº n. 341**, de 4 de dezembro de 2018. 1. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande, CAMPO GRANDE, 3 abr. 2019.
- BRYLD E. 2003. Potentials, problems, and policy implications for urban agriculture in developing countries. **Agricultural and Human Values** 20: 79-86.
- CAMPO GRANDE, **Lei Nº 6.514**, de 22 de outubro de 2020, institui o Plano Municipal de agricultura urbana de Campo Grande-MS. 2020.
- FERNANDES, R.; SOUZA, N. R. P. G.; MARTINS JÚNIOR, J. Benefícios da implantação do programa hortas comunitárias em Maringá-Paraná. **Brazilian Journal of surgery and clinical research - BJSCR**, Maringá, V. 4, nº 1, p. 79-82, 2013.
- FAO.(2014). **Growing greener cities**: in Latin América and Caribe. Rome: onu.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Populacional**, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 04 ago. 2022.
- MAXWELL DG. 1995. Alternative food security strategy: a household analysis or urban agriculture in Kampala. **Food Policy** 23: 411-424.
- MEDEIROS, C. B. N., DA SILVA, M. L. P., & DA COSTA ATAÍDE, R. M. (2015). As hortas urbanas como uma contribuição às cidades sustentáveis: o caso do Gramorezinho em Natal/RN. Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes, 3(8).
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. (2015). Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (Semadur).
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. (PMCG) Instituto Municipal de Planejamento Urbano (PLANURB). **Perfil socioeconômico de Campo Grande 2016**: Mato Grosso do Sul. 23.ed. rev. Campo Grande, 2017.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. PLANURB (2020) **Perfil sócio econômico de Campo Grande. Instituto Municipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente**. Campo Grande - MS, 2020
- SANTANDREU, Alain; LOVO; Ivana Castro. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção**: Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileira. Belo Horizonte: FAO: MDS, 2007.